

EDcl na PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.718.483 - RJ (2017/0183112-1)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
EMBARGANTE : LUIZ FELIPE DE MEDEIROS
EMBARGANTE : EDSON RAIMUNDO DOS SANTOS
ADVOGADOS : ARIDIO CABRAL DE OLIVEIRA - RJ011464
TATIANA MESSNER FADUL - RJ122079
LÁZARO RANGEL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra decisão monocrática que indeferiu pedido trazido em petição.

A parte embargante alega, em síntese, que o *decisum* incorreu em omissão, pois não foi reconhecida a prescrição intercorrente, no caso.

Requer, ao final, o acolhimento dos Embargos com efeito modificativo.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 4.10.2019.

Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento.

A decisão embargada consignou que o argumento não poderia ser analisado neste momento processual, porquanto totalmente apartado da discussão trazida à apreciação nas instâncias ordinárias.

Acrescentou que a inexistência de prequestionamento da matéria, ainda que se trate de matéria de ordem pública, inviabilizaria a análise desta Corte.

Assim, verifico que o inconformismo da embargante busca emprestar efeitos infringentes, manifestando nítida pretensão de rediscutir o mérito do julgado, o que é incabível nesta via recursal.

A controvérsia foi correta e integralmente solucionada, com fundamento suficiente e em consonância com entendimento deste Tribunal, pelo que não se configura omissão, contradição ou obscuridade.

Diante do exposto, **rejeito os Embargos de Declaração, com a advertência de que a reiteração será considerada expediente protelatório sujeito à multa por litigância de má-fé, nos termos do Código de Processo Civil.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator